

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2019**

Senhores Acionistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIASFOMENTO relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.  
Se por um lado o que se espera do PIB para o semestre não traduz em perspectivas de crescimento da economia nos próximos anos, de acordo com o IBC-Br (BACEN) que é uma prévia do PIB, pelo menos traz um alento com o possível encerramento do ciclo de recessão que a economia brasileira vinha experimentando nos anos de 2015 e 2016. Outros indicadores como empregos gerados (abertos) 408.500 vagas), somada a inflação acumulada de apenas 2,23% medida pelo IPCA no semestre, e juros soberanos de 6% ao ano estabelecidos pelo COPOM no final de julho, além do êxito na tramitação da reforma previdenciária, apresentam-se como boas expectativas de um cenário econômico de crescimento nos próximos meses, embora a projeção do PIB para o ano seja de 0,83%, enquanto para 2020, de 2,2% de acordo com o FOCUS/BACEN.  
As medidas que vem sendo implementadas desde 2016 estão contribuindo com os resultados financeiros que vem sendo alcançados. Comparando com o mesmo período do ano anterior, o lucro financeiro foi maior em 29,0%, enquanto as despesas com provisões para operações de crédito foram 42,4%. Mesmo com o crescimento do número de contratos ativos em 16%, o saldo em carteira reduziu-se em 7,3% face aos valores médios desembolsados serem menores que os que estão sendo amortizados nos contratos antigos, em especial, nas linhas de repasses. Além das receitas com tesouraria, foram 4% maiores em relação ao semestre anterior, mantendo a rentabilidade desses ativos em 0,5% ao mês no semestre.  
Ao contrário da lógica do mercado de crédito tradicional num cenário de estagnação econômica, a GOIASFOMENTO busca cumprir sua função como instrumento de fomento das atividades produtivas, como fomento à microempresa e empresas de pequeno porte, visando, principalmente a geração de emprego e renda. Alinhada ao planejamento governamental como executora de políticas públicas de fomento às atividades geradoras de riqueza, atua no apoio ao investimento privado, em especial, nas atividades de micro crédito produtivo.

**1. RESULTADOS DO SEMESTRE**

A GOIASFOMENTO vem alcançando resultados positivos sucessivos, fruto das políticas de riscos e de recuperação de ativos que vêm refletindo positivamente nos resultados, demonstrado no balanço que encerrou em 30/06/2019, em relação ao 30/06/2018, o saldo da provisão para devedores duvidosos reduziu-se 39,6% em 30/06/2019 quando comparado a 30/06/2018, saindo de R\$ 9,6 milhões para R\$ 5,8 milhões, refletindo numa queda do índice de provisão de 8,5% para 5,6%.  
As linhas equalizadas do Crédito Produtivo participam com 62% do saldo na carteira e 74% do número de contratos ativos na carteira com recursos próprios e, em relação ao saldo da provisão, essa participação é de apenas 8%. O índice de inadimplência da carteira que encerrou 30/06/2019 referente às linhas equalizadas em 3,2% contra um índice de 5,56% na carteira total.  
Da mesma forma, o lucro líquido apurado no 1º semestre de 2019 foi de R\$ 2.347 milhões contra R\$ 1.820 milhão no mesmo período de 2018, ou seja, variação de 29%. Os ativos totais tiveram redução de 0,9% enquanto o patrimônio líquido aumento de 4,0% em comparação com o mesmo período do ano anterior.  
Os desembolsos com recursos próprios da GOIASFOMENTO somaram R\$ 15 milhões em 374 operações de crédito às microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microempreendedores individuais e autônomos nesse semestre. Não houve desembolsos nas operações de repasses do FCO, BNDES e FINEP. Em relação ao mesmo período do ano anterior o volume de desembolsos foi R\$ 1,0 milhão maior, ou seja, variação de 6,9%.

O saldo da carteira com risco próprio (Recursos Próprios/FCO/BNDES/FINEP), ao final do 1º Semestre de 2019 ficou em R\$ 104,3 milhões, sendo R\$ 5,8 milhões menor em relação a 30/06/2018, contando no final do período com 2.488 contratos ativos contra 2.144 em 2018. Mesmo com aumento dos contratos ativos, a redução no saldo das carteiras ocorreu por causa das amortizações de operações com valores médios superiores aos que estão sendo desembolsados atualmente. Com relação aos fundos estaduais, não houve desembolsos de financiamentos.  
Por outro lado, o saldo de recursos em tesouraria no final de cada período saltou de R\$ 94,6 milhões para R\$ 98,4 milhões reforçando a disponibilidade financeira, advindos resultados alcançados nos últimos períodos, visto que o saldo da carteira de crédito com recursos próprios também teve aumento de 2,3% em relação a 30/06/2018. O saldo médio em tesouraria no semestre foi 1,6% maior que no período anterior, enquanto a taxa de rendimento 2,3% maior em relação ao mesmo período de 2018, sendo de 0,52% a.m. contra 0,51% a.m.

Os ativos totais foram R\$ 2,1 milhões menores somando R\$ 239,6 milhões enquanto o patrimônio líquido subiu 4,0% totalizando R\$ 187,5 milhões em 30/06/2019 contra R\$ 180,3 milhões em 30/06/2018, ou seja, ficou R\$ 7,2 milhões maior. Destaca-se que esse aumento se deu pelos bons resultados financeiros que a GOIASFOMENTO vem alcançando nos últimos semestres.

**2. PERSPECTIVAS**

A GOIASFOMENTO vem atuando em conjunto com sua jurisdição, a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços no âmbito do programa Goiás Empreendedor, com metas ousadas de financiamentos empresariais com foco no microcrédito produtivo orientado. Além do mais, vem prospectando parceiros no âmbito do governo estadual e instituições privadas visando ampliação de suas ações fomentadoras, sempre orientadas pelas políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento econômico e social. A diversificação no seu portfólio de produtos visando novas fontes de receitas por meio da ampliação de sua atuação e na prestação de outros serviços financeiros por meio de parcerias com credoras às microempresas e empresas de pequeno porte, servidores estaduais buscando a manutenção do equilíbrio financeiro da GOIASFOMENTO.  
Essas medidas asseguram o cumprimento de seus objetivos institucionais respeitada a capacidade financeira e operacional da GOIASFOMENTO com prioridade ao fomento aos micro e pequenos empreendimentos produtivos propiciando o emprego dos fatores de produção com repercussão positiva na economia goiana.

**Agradecimentos**

A Diretoria Executiva apresenta os resultados obtidos no 1º semestre de 2019 destacando o cumprimento das exigências legais aplicáveis às instituições financeiras, na administração profissional esperada das sociedades empresariais focada em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores.  
Agradece aos acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e todos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos pelo trabalho realizado nesse período.

Goiania (GO), 21 de agosto de 2019.

**JOSÉ PAULO FÉLIX DE SOUZA LOUREIRO**  
Presidente do Conselho de Administração

**ALEXANDRE EDUARDO FELIPE TOCANTINS**  
Diretor-Presidente

**MARIA TEREZINHA DA MOTA BATISTA**  
Diretora Administrativa e Financeira

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018**  
(Em R\$ mil)

ATIVO	30/06/19	30/06/18
<b>CIRCULANTE</b>	<b>176.216</b>	<b>166.536</b>
DISPONIBILIDADES	30	1.062
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>98.375</b>	<b>93.244</b>
Carteira Própria (NOTA 5)	98.375	93.244
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)</b>	<b>42.872</b>	<b>41.170</b>
Empréstimos Setor Privado	7.167	10.840
Financiamentos Setor Privado	36.190	32.354
Financiamentos Rurais e Agronegócios	2.663	3.310
Provisão p/ Operaç, Cré. Liq. Duvidosa	(1.048)	(5.334)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>29.272</b>	<b>25.964</b>
Diversos (NOTA 7)	29.272	25.964
Provisão p/ Outros Créditos	-	-
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>5.667</b>	<b>5.096</b>
Outros Valores e Bens (NOTA 8a + 8b)	6.590	5.579
Provisão p/ Outros Créditos	(923)	(483)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>63.377</b>	<b>75.235</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>59.132</b>	<b>70.828</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)</b>	<b>55.665</b>	<b>61.799</b>
Empréstimos Setor Privado	3.873	4.796
Financiamentos Setor Privado	46.986	50.670
Financiamentos Rurais e Agronegócios	7.463	10.623
Provisão p/ Operaç, Cré. Liq. Duvidosa	(2.657)	(4.280)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>3.467</b>	<b>9.209</b>
Diversos (NOTA 7)	3.467	9.209
<b>PERMANENTE (NOTA 9)</b>	<b>4.245</b>	<b>4.407</b>
<b>IMÓVEIS DE USO</b>	<b>3.651</b>	<b>3.720</b>
Terenos	2.422	2.422
Edificações	1.867	1.867
Depreciações Acumuladas	(638)	(569)
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>315</b>	<b>329</b>
Imobilizado de Uso	1.383	1.406
Depreciações Acumuladas	(1.068)	(1.077)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>279</b>	<b>358</b>
Ativos Intangíveis	394	394
Amortizações Acumuladas	(115)	(36)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>239.593</b>	<b>241.771</b>

PASSIVO	30/06/19	30/06/18
<b>CIRCULANTE</b>	<b>19.652</b>	<b>20.194</b>
<b>OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)</b>	<b>10.325</b>	<b>11.333</b>
Repasses do País - FCO	7.251	8.015
Repasses do País - BNDES	2.758	2.996
Repasses do País - FINEP	316	322
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 11)</b>	<b>9.327</b>	<b>8.861</b>
Sociedades Estatutárias	1.823	1.503
Fiscais e Previdenciárias	831	652
Diversas	6.673	6.706
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>219.941</b>	<b>221.577</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>32.434</b>	<b>41.254</b>
<b>OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)</b>	<b>32.434</b>	<b>41.254</b>
Repasses do País - FCO	27.163	33.329
Repasses do País - BNDES	4.428	6.818
Repasses do País - FINEP	843	1.107
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>187.507</b>	<b>180.323</b>
Capital Social (NOTA 12)	173.150	165.375
Reserva de Lucros	14.357	14.348
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>239.593</b>	<b>241.771</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018**  
(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	SEMESTRES	
	30/06/2019	30/06/18
<b>Fluxos de Caixa Provenientes das Operações</b>		
Lucro Líquido	2.347	1.820
Perdas por Desvalorização de Ativos	-	-
Depreciação e Amortização	24	109
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(6.948)	(355)
Operações de Crédito	6.401	5.909
Outros Créditos	2.765	(2.853)
Outros Valores e Bens	(683)	(2.409)
Outras Obrigações	(233)	2.131
<b>Caixa Gerado/Utilizado pelas Operações</b>	<b>3.673</b>	<b>4.352</b>
<b>Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamentos</b>		
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.713)	(2.815)
Aumento de Capital	-	-
<b>Caixa (utilizado) Provenientes das Atividades de Financiamentos</b>	<b>(3.713)</b>	<b>(2.815)</b>
<b>Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos</b>		
Imobilizado de Uso	51	(34)
Aplicações no Intangível	-	(394)
Provisão por Imparidade	-	(74)
<b>Caixa (utilizado) Provenientes das Atividades de Investimentos</b>	<b>51</b>	<b>(502)</b>
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>11</b>	<b>1.035</b>
Início do Período	19	27
Fim do Período	30	1.062
<b>Aumento/Redução de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>11</b>	<b>1.035</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO NOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (Em R\$ mil)**

DESCRIÇÃO	SEMESTRES	
	30/06/2019	30/06/2018
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>7.939</b>	<b>8.644</b>
Operações de Crédito	4.975	5.793
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários (NOTA 4a+5b)	2.964	2.850
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(2.145)</b>	<b>(3.662)</b>
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 13)	(2.081)	(3.612)
Provisão para Desvalorização (Nota 13)	(64)	(50)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.794</b>	<b>4.981</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (/DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>88</b>	<b>(1.266)</b>
Receitas de Prestação de Serviços (NOTA 14)	7.355	5.927
Despesas de Pessoal (NOTA 13)	(9.061)	(7.957)
Outras Despesas Administrativas (NOTA 13)	(3.163)	(3.509)
Despesas Tributárias (NOTA 13)	(131)	(28)
Outras Receitas Operacionais (NOTA 14)	7.341	6.787
Outras Despesas Operacionais (NOTA 14)	(2.253)	(2.486)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>5.882</b>	<b>3.715</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(299)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>5.583</b>	<b>3.715</b>
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (NOTA 15)</b>	<b>(3.236)</b>	<b>(1.895)</b>
Imposto de Renda (NOTA 15)	-	-
Contribuição Social (NOTA 15)	-	-
Diferenças Temporárias - Ativos Diferidos Imposto de Renda (NOTA 15)	(1.557)	(1.053)
Diferenças Temporárias - Ativos Diferidos Contribuição Social (NOTA 15)	(1.679)	(842)
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO NO SEMESTRE</b>	<b>2.347</b>	<b>1.820</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO- R\$ 1,00</b>	<b>0,0110</b>	<b>0,0110</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (Em R\$ mil)**

EVENTOS	CAPIT- TAL REALI- ZADO	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMU- LADOS	TOTAL
		LEGAL	EXPA- N- SÃO	INCENTI- FISCAIS		
<b>SALDO EM 31/12/2017</b>	<b>165.975</b>	<b>3.221</b>	<b>5.732</b>	<b>3.575</b>	-	<b>178.503</b>
- Resultado do Semestre	-	-	-	-	1.820	1.820
- Reserva Legal	-	91	-	-	(91)	-
- Reserva para Expansão	-	-	1.729	-	(1.729)	-
<b>SALDO EM 30/06/2018</b>	<b>165.975</b>	<b>3.312</b>	<b>7.461</b>	<b>3.575</b>	-	<b>180.323</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>91</b>	<b>1.729</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.820</b>
<b>SALDO EM 31/12/2018</b>	<b>173.150</b>	<b>3.569</b>	<b>4.866</b>	<b>3.575</b>	-	<b>185.160</b>
- Resultado do Semestre	-	-	-	-	2.347	2.347
- Reserva Legal	-	117	-	-	(117)	-
- Reserva para Expansão	-	-	2.230	-	(2.230)	-
<b>SALDO EM 30/06/2019</b>	<b>173.150</b>	<b>3.686</b>	<b>7.096</b>	<b>3.575</b>	-	<b>187.507</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>117</b>	<b>2.230</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.347</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (Em R\$ mil)**

**Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Agência de Fomento de Goiás S/A é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 13.533/99 e regida pela Resolução nº 2.628/01, do Conselho Monetário Nacional – CMN e devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.  
Seu objeto é fomentar o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás na geração de emprego e renda. Suas principais atividades são: Concessão de operações de crédito com recursos próprios; operações de repasses do BNDES, FCO e FINEP e administração de Fundos Públicos, tais como: FOMENTAR, FUNMINERAL, FUNPRODUZIR e FUNBAN.  
A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao primeiro semestre de 2019, foi dada pela Diretoria em 31 de julho de 2019.

**Nota 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**a) Moeda de apresentação e funcional**  
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.  
**b) Base para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras**  
As Demonstrações Financeiras foram apresentadas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, normas do Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
**Nota 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Critérios de reconhecimento dos resultados**  
As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se os seguintes:  
• Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados "pro rata die";  
• As provisões, inclusive os encargos sobre férias e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e  
• São considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.  
**b) Ativo circulante e realizável a longo prazo e passivo circulante e exigível a longo prazo**  
Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e os recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos. Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.  
**c) Uso de estimativas**  
A preparação das demonstrações financeiras, inclusive estimativas e premissas, como a mensuração de provisões em montias com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.  
**d) Caixa e equivalentes de caixa**  
Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa, esses correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata.  
**e) Obrigações por empréstimos e repasses**  
As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata die" com base na taxa efetiva das operações.  
**f) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**  
De acordo com o Circular nº 3.068/01 do Banco Central e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:  
**1) Títulos para negociação** – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos no resultado.  
**2) Títulos disponíveis para venda** – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.  
**3) Títulos mantidos até o vencimento** – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, atualizados pro rata temporis.  
**4) Instrumentos financeiros derivativos** – A Instituição não possui operações com derivativos.  
**g) Operações de crédito e outros créditos**  
Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 5a.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro rata die com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o quinquagésimo nono (59º) dia de atraso. Após o quinquagésimo nono dia, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas.  
As operações ativas negociadas com saldo devedor até R\$ 50 são reclassificadas para rating inicial, salvo aquelas que estão no risco H, que poderão, de acordo com a política da GOIASFOMENTO alinhada à Resolução 2.682/99, do CMN, as quais a reclassificação do seu rating passa a ser objeto de revisão. As demais operações, a princípio, ficam no mesmo rating e passam também, de acordo com a referida política, a ser analisadas com a possibilidade de serem reclassificadas. As negociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão e que estejam em contas de compensação, são classificadas como nível H, e seu rating passa no mês seguinte a ser objeto de revisão. Desta forma, os eventuais ganhos provenientes das negociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.  
No semestre foram compensados em prejuízo operações de crédito no montante de R\$ 740 214 (1º semestre/2018 - R\$ 2.707). Os créditos recuperados no primeiro semestre de 2019 foram de R\$ 2.716 (1º semestre/2018 - R\$5.551).

**h) Provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos**  
Constituída em montias com provisão suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, quando da ocorrência de inadimplência.  
Na conformidade do Artigo 4º, Parágrafo 1º da Resolução 2.682/99, do CMN, o prazo para a classificação das operações de crédito na faixa de risco estabelecidas pela referida Resolução e contado em dobro, para as operações de longo prazo com garantias.  
**i) Outros valores e bens**  
Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, próprios, recebidos em doação de pagamento, os quais são demonstrados a valor do custo ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. As Despesas Antecipadas correspondem a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.  
**j) Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, quando aplicável.**  
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da Agência ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transferiam à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens.  
**l) Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas na Nota 8. III. Os ativos intangíveis são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por bens incorporados destinados à manutenção da Agência, ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534/16 do CMN. Está composto por direitos e desenvolvimento de softwares. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 8.  
**k) Avaliação do valor recuperável**  
Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revisados, no mínimo, anualmente, para reconhecer se há alguma indicação de perda por imparidade. Eventuais perdas quando identificadas, são reconhecidas no resultado. Onde:  
I. Os Bens de Uso - São avaliados por Engenheiros da própria Agência;  
II. Os Bens Não de Uso Próprio - São avaliados por empresas de engenharia, credenciadas pela GOIASFOMENTO e de acordo com a Circular 909/85 do Banco Central do Brasil, referidos bens foram recebidos em doação de pagamento e adjudicados, referentes a diversos mutuários da Agência, esses bens foram avaliados e constituída a provisão para perdas por imparidade.**

**Nota 9 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e Agência Brasileira de Inovação – FINEP, a saber:

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Semestres	Semestres
<b>BNDES</b>	7,48% a.a.	3 anos e 3 meses	<b>30/06/19</b>	<b>30/06/18</b>
<b>Valor das Obrigações</b>			<b>7.186</b>	<b>9.814</b>
Curto Prazo			2.758	2.996
Longo Prazo			4.428	6.818
<b>FINEP</b>	5,92% a.a.	4 anos	<b>30/06/19</b>	<b>30/06/18</b>
<b>Valor das Obrigações</b>			<b>1.159</b>	<b>1.429</b>
Curto Prazo			316	322
Longo Prazo			843	1.107
<b>FCO</b>	7,07% a.a.	4 anos e 4 meses	<b>30/06/19</b>	<b>30/06/18</b>
<b>Valor das Obrigações</b>			<b>34.414</b>	<b>41.344</b>
Curto Prazo			7.251	8.015
Longo Prazo			27.163	33.329
<b>Totais</b>			<b>42.759</b>	<b>52.587</b>

**Nota 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Descrições	Semestres	Semestres
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>1.823</b>	<b>1.503</b>
Fiscais e Previdenciárias	644	652
Impostos e Contribuições	493	449
Cretores Diversos	1.644	1.367
Dotação p/ Aumento de Capital	316	316
Provisão de Férias e 13º Salário	1.362	1.365
Contingências	342	142
Obrigações por Aquisição de Bens/Direitos	2.103	2.778
Outras	600	289
<b>Totais</b>	<b>9.327</b>	<b>8.861</b>

**Nota 11 – CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social autorizado da GoiásFomento é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e está subscrito e integralizado o valor de R\$ 173.149.839,97 (cento e setenta e três milhões, cento e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e sete centavos), representado por 173.149.839 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**Nota 12 – DESPESAS DE INTERMEDIações FINANCEIRAS**

Descrições	Semestres	Semestres
<b>Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD</b>	<b>2.081</b>	<b>3.612</b>
Provisão para Desvalorização	64	50
<b>Total</b>	<b>2.145</b>	<b>3.662</b>

**Nota 13 – DESPESAS DE PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTARIAS**

Descrições	Semestres	Semestres
<b>Despesas de Pessoal (*)</b>	<b>9.061</b>	<b>7.957</b>
<b>Subtotal</b>	<b>9.061</b>	<b>7.957</b>
Água, Energia e Gás	121	137
Aluguéis	60	38
Comunicação	82	101
Honorários (NOTA 18)	657	897
Manutenção e Conservação	132	66
Material de Expediente	10	13
Terceiros	399	366
Propaganda / Publicidade e Publicações	85	70
Técnicos Especializados	436	258
Vigilância e Segurança	109	121
Transportes	70	78
Emolumentos Judiciários e Cartorários	289	381
Outros	712	963
<b>Subtotal</b>	<b>3.162</b>	<b>3.509</b>
Despesas Tributárias	132	28
<b>Subtotal</b>	<b>132</b>	<b>28</b>
<b>Totais</b>	<b>12.355</b>	<b>11.494</b>

(\*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores.

**Nota 14 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Descrições	Semestres	Semestres
<b>Receitas de Prestação de Serviços</b>	<b>7.058</b>	<b>5.688</b>
Adm. de Fundos Públicos (Nota 17)	297	259
Outras Taxas	297	259
<b>Totais de Receitas com Prestação de Serviços</b>	<b>7.355</b>	<b>5.927</b>

Outras Receitas	Semestres	Semestres
Recuperação de Créd. Baixados/Prejuízo	2.714	3.551
Recuperação de Encargos e Despesas	595	540
Rendas de Repasses Interfinanceiros	510	570
Reversão de Provisões Operacionais	241	97
Equalizações de Taxas CPR	3.281	2.029
<b>Total de Outras Receitas</b>	<b>7.341</b>	<b>6.729</b>
<b>Outras Despesas</b>		
COFINS	751	666
PASEP	122	108
ISSQN	368	296
Amortização do Intangível	39	36
Depreciação	68	73
Despesas de Repasses Interfinanceiros	904	1.172
Outros (*)	1	135
<b>Totais de outras despesas</b>	<b>2.253</b>	<b>2.486</b>

**Nota 15 – IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ATIVO FISCAL DIFERIDO**

**15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social**

**a) Base de tributação**

Descrições	Semestre – até 30/06/19	Semestre – até 30/06/18
<b>Resultado do Período</b>	<b>3.781</b>	<b>3.781</b>
<b>+ Resultado Ajustado</b>	<b>3.781</b>	<b>3.781</b>
<b>+ Adições</b>		
Provisão para Devedores Duvidosos – 2019	5.718	5.718
Operações de Crédito (compensadas em prejuízo)	646	646
Despesas Não Dedutíveis	968	968
<b>Totais das adições</b>	<b>7.332</b>	<b>7.332</b>
<b>(-) Exclusões</b>		
Provisão para Devedores Duvidosos – 2018	(13.132)	(13.132)
Outras Exclusões	(1.348)	(1.348)
<b>Totais das exclusões</b>	<b>(14.480)</b>	<b>(14.480)</b>
<b>Resultado Fiscal</b>	<b>(3.367)</b>	<b>(3.367)</b>

Imposto de Renda e Contribuição Social	Semestres	Semestres
Constituição Líquida de Créditos Tributários	(3.236)	(3.236)
Realização Líquida de Créditos Tributários	(3.236)	(3.236)
<b>Totais</b>	<b>(3.236)</b>	<b>(3.236)</b>

**15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos**

A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adoções temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro.

Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Circular do Banco Central nº 3.171/02. Conforme dispõe a Resolução do CMN de nº 3.059/02, esses ativos fiscais diferidos devem ser avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores ativamente. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 30/06/19 considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis.

Assim sendo, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

**a) Movimentação da conta do ativo no período:**

Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
<b>Saldo em 31/12/18</b>	<b>3.724</b>	<b>2.979</b>	<b>6.703</b>
Constituição no Semestre	-	-	-
Realização no Semestre	1.557	1.679	3.236
<b>Saldo em 30/06/19 – Nota 6</b>	<b>2.167</b>	<b>1.300</b>	<b>3.467</b>
Curto Prazo	696	418	1.114
Longo Prazo	1.471	882	2.353

**b) Estimativa de realização dos créditos tributários**

A expectativa de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

DESCRICOÃO	2019		2020		2021
	2º sem/19	1º sem/20	2º sem/20	A partir do 1º sem/21	
Imposto de Renda	356	262	542	766	
Contribuição Social	285	210	433	613	
<b>Total</b>	<b>641</b>	<b>472</b>	<b>975</b>	<b>1.379</b>	

**c) Natureza dos créditos**

Descrições	Semestres
<b>Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa a Excluir</b>	<b>5.805</b>
Operações de Crédito (até R\$ 15 em risco "H")	(254)
Baixa de Operação de Crédito	667
Provisão para Contingências	629
Provisões Administrativas	923
Prejuízo Fiscal	797
<b>Base de Cálculo em 30/06/19</b>	<b>8.667</b>
Alíquota de Imposto de Renda	25%
Alíquota de Contribuição Social	15%
Crédito Tributário de Imposto de Renda	2.167
Crédito Tributário de Contribuição Social	1.300
<b>Total dos Créditos Tributários em 30/06/19 – Nota 6</b>	<b>3.467</b>

**d) Classificação contábil dos créditos tributários**

Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

**e) Valor presente dos créditos ativamente**

O valor presente dos créditos ativamente, considerando a taxa Selic para fins de cálculo, é de R\$ 3.225 (mil e trezentos e vinte e cinco reais e 25 centavos). Os créditos tributários são demonstrados por seu valor bruto em observância às disposições contábeis no item 10 do CPC 12.

**Nota 16 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do semestre. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Descrições	Semestres	Semestres
<b>Lucro/Prejuízo dos Semestres</b>	<b>2.347</b>	<b>1.820</b>
Reserva Legal	117	91

A proposta dos Administradores para destinação do resultado inclui a transferência para reserva de expansão do saldo não distribuído.

**Nota 17 – PARTES RELACIONADAS**

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar e recursos de cobrança a pagar, conforme demonstrados:

Partes Relacionadas	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Descrições</b>	<b>30/06/19</b>	<b>30/06/18</b>	<b>30/06/19</b>
FUNPRODUIZ	56	47	-
FUNMINERAL	-	-	644
FUNFERRAZ	3.021	2.826	-
FOMENTAR	13.679	13.205	-
FUNBAN	447	-	-
JCP (Juros de Capital Próprio/Estado de GO)	-	-	3

**Nota 18 – EXIGIBILIDADES DE CAPITAL PRINCIPAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO**

O Demonstrativo de Limites Operacionais tem por objetivo apresentar, de forma sintética, as informações referentes aos detalhamentos do cálculo dos limites monitorados pelo Banco Central do Brasil. Para cada limite o documento conterá dois conjuntos de informações a) Atuação da Instituição de Administração; b) Atuação da Exigência do Banco Central e da Margem (ou Insuficiência) da Instituição em relação ao limite considerado e enviado mensalmente ao Banco Central, o documento 2061. Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de módulos proprietários.

**Índice da Basileia e de Imobilização (DLO)**

Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 30/06/2019, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Descrições	30/06/19	30/06/18
Patrimônio de Referência	187.229	179.966
Índice de Basileia	54,20%	47,11%
Nível I	-	37,69%
Índice de Imobilização Basileia	2,12%	2,25%
<b>Limite</b>	<b>93.614</b>	<b>89.983</b>
Situação	3.967	4.050
Folga de Imobilização	89.647	85.933

Em março de 2013, o Banco Central publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional:

Resolução nº 4.192/13 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do capital de Instituições Financeiras, no Brasil chamado Patrimônio de Referência (PR).

Resolução nº 4.193/13 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de capital a serem mantidos sob forma de Patrimônio de Referência (PR), nível I e de Capital Principal.

E demais normas do Banco Central, tais como: Circulares, Cartas-Circulares e Comunicado, que complementam as regras estabelecidas nas resoluções supra citadas, ao determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês para Risk-Weighted Assets). O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.192/13 do CMN, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nível I e Nível II), cada qual composto por itens integrantes do patrimônio líquido.

A Resolução 4.193/13 do CMN, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas, tais como: Resolução 4.557/17 do CMN e as Circulares 3.644/13 e 3.634/13 do Banco Central.

**a) Risco Operacional**

Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 5.557/17 e 4.193/13 do CMN e Circular 3.640/13 do Banco Central.

**b) Risco de Liquidez**

A GoiásFomento possui política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, e plano de Contingência de Liquidez, com as devidas ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

**c) Gerenciamento de Capital**

A GoiásFomento possui plano de capital que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos em que a instituição está sujeita, abrangendo um período de três anos, em consonância com o planejamento estratégico.

**d) Risco de Crédito**

As diretrizes e atribuições para o gerenciamento de riscos de crédito estão contemplados na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito.

O cálculo da parcela do RWA para a alocação de capital para o risco de mercado, é efetuado conforme a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.644/13.

**e) Julgamento da administração sobre o Índice de Basileia**

A administração julga adequado o atual nível do Índice de Basileia levando-se em consideração que o mínimo exigido pelas autoridades é de 8%.

**f) Cálculo do Patrimônio de Referência**

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices e a composição das exposições é de R\$ 187.229 em 30/06/19, são demonstrados abaixo:

Descrições	30/06/19	30/06/18
Capital Principal	187.229	179.966
Nível I	187.229	179.966
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>187.229</b>	<b>179.966</b>

**Compatibilização do Patrimônio de Referência**

Descrições	30/06/19	30/06/18
PR- Patrimônio de Referência	187.229	179.966
RWA - Risk -Weighted Assets	345.415	381.983
Margem PR Nível I Requerido	166.504	157.047
PR Nível I Mínimo Requerido para o RWA	27.633	22.919
Margem s/ Capital Requerido	171.685	162.777
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	17.271	17.189
Índice Basileia Capital	54,20%	42,61%
Índice Basileia Amplo	53,99%	47,11%

**g) Risco Socioambiental**

A GoiásFomento possui Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional

**Nota 19 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO**

A remuneração é fixada em Assembleia Geral de Acionistas.

Descrições	Semestres	Semestres
<b>Proventos</b>	<b>221</b>	<b>303</b>
Gratificações	7	9
Conselho de Administração	240	227
Outros	189	358

A Agência de Fomento não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

**Nota 20 – SEGUROS**

A instituição mantém seguro predial (não auditado).

**Nota 21 – AVAIS E FIANÇAS**

A Agência de Fomento não possui operações de concessão de avais ou fianças em 30/06/19 e 30/06/18.

**Nota 22 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

**i. Ativos contingentes** – Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

**ii. Passivos contingentes** – Decorrem basicamente de processos fiscais e trabalhistas. Essas contingências decorrem de práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Desta forma, o valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita pela Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos dos assessores legais.

Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

...continuação

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **GOIÁS FOMENTO** a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

## 6) Outros Assuntos

### 6.1) Relatório da Administração

A administração da **GOIÁS FOMENTO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as

demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

### 6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 28 de março de 2019.

Goiânia/GO, 26 de agosto de 2019



**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC/PE 000150/O

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**  
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S” GO  
Sócio Sênior – CNAI 1552

**Phillipe de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S” GO  
CNAI 4747

**Thomaz de Aquino Pereira**  
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” GO  
CNAI 4850

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Goiás S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na conformidade do Artigo 163, II a VIII, da Lei 6.404 de 15/12/76, e Artigo 2º, da Circular 3.171 de 30/12/2002 do Banco Central do Brasil, após procederem o exame dos seguintes documentos: Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras dos semestres findos em 30/06/2019 e 30/06/2018; o Estudo Técnico referente ao Crédito Tributário; e da Resolução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE 001/2003, Artigo 10 inciso XVIII alíneas: *a (irregularidades, ilegitimidades, ilegalidades e atos de gestão antieconômicos apurados no exame das contas e as providências adotadas para o resguardo do interesse público); b ( resultado das análises verificadas durante o exercício, inclusive quanto ao Relatório de Gestão a que se refere o inciso II deste artigo) e c (situação dos administradores perante os cofres da entidade)*. Conclui que, durante os trabalhos, não encontraram nenhuma irregularidade e julgam que refletem, adequadamente, a situação Patrimonial e Financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos ao Conselho de Administração.

Goiânia, 15 de agosto de 2019

**LUCIANO MACHADO PEREIRA**  
CONSELHEIRO

**ROGÉRIO SANTANA FERREIRA**  
CONSELHEIRO

**THIAGO VINICIUS VIEIRA MIRANDA**  
CONSELHEIRO